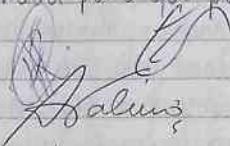


e encerrado na sala. Sem havendo mais discussões entre os partidos, houve a votação da proposta de lei nº 016/2001. Projeto de lei que alterava o artigo 1º da lei nº 015/2001, que dispõe sobre a criação da Comissão de Constituição e Justiça e de Inquérito Pública, e que determinava que a mesma fosse composta por 15 membros, sendo 10 titulares e 5 suplentes, nomeados pelo Poder Executivo, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. O projeto de lei foi aprovado com votação favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e Orçamento, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Comissão de Direitos da Cidadania e da Mulher, da Comissão de Direitos do Trabalho e da Segurança do Trabalho, da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente, da Comissão de Direitos da Pessoa Idosa, da Comissão de Direitos dos Povos Indígenas e das Nacionalidades e da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência. Aprovado o projeto de lei nº 016/2001, que determinava a criação da Comissão de Constituição e Justiça e de Inquérito Pública, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Lúcio, assinou o decreto nº 2611/2001, que criava a Comissão de Constituição e Justiça e de Inquérito Pública, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. O decreto foi publicado no dia 18 de outubro de 2001.

Ana da Cunha Bezerra Belchior
Presidente da Assembleia Legislativa do
Estado do Rio Grande do Norte, autorizada
a assinar o decreto nº 2611/2001

Os dezoito horas do dia 18 de outubro de 2001, sob a Presidência em exercício do vereador Eduardo Ferreira Lobo e com a ausência do vereador Presidente pelo vereador Ricardo Simões da Fonseca, cunhado do Presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei, responderam a chamada representativa os vereadores Capitão Gilson, Alvaro Góes e Ana

Bem cumprido fomos finas, Antônio Carlos de Carvalho Presidente,
Augusto Salles Gandra de Carvalho, Emanuel Fernandes, meu da
filha, Celso Antônio Guimarães Beiranger, falecido dos Santos, dentre, Luis
Pinto Lobo, Raulo Góis da Silva Olmedo, meu sachado de Faria e
há reduzido Bento Ribeiro numero regimental, o Senhor Presidente
decreta aberto a presente sessão em nome de Deus. O deputado, foi
designado Venerável Presidente da Comissão de Homenagem ao seu
exímio Mestre Professor de de nº 015/2001 e mestre de Cerimônias no
016/2001. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encer-
rou a presente sessão em nome de Deus. E para constar mandou que
se gravasse a presente Sessão, que depois de lida, remetida à Presidência
do Senado, Arquivada, não servindo para qualquer efeito
lícito.


Dr. Salles

Ata da Sessão Solene de
inauguração do Segundo Aniversário
do Câmara Municipal de São Paulo,
realizada no dia 23 (Vinte e Três)
de outubro do ano de 2001 (dois mil
e um)

As quinze horas do dia 23 (vinte e três)

do mês de outubro do ano de 2001 (dois mil e um) sob a presidência em
exercício do Vereador Edmundo Conje Lira e com a auxílio da Primeira
Secretaria pelo Vereador Ricardo Figueira da Fonseca, membro da
Comissão de Pátria, Conselho de São Paulo. Além desse, responderam a
chamada, regimental os seguintes Vereadores: Quirino Silveira da Rocha, Luis
Pereira de Oliveira, Altanir Soares da Silva, Omairi Vaz e Thomas, Júnior
Antônio Carlos de Carvalho, claudete Augusto Salles Gandra de Carvalho, Emanuel
Fernandes, Freire da Silva, José Góis Antônio Guimarães Beiranger, Júlio
Lobo, Raulo Góis da Silva Olmedo, meu sachado de Faria, Silas No
decreto Bento Ribeiro numero regimental o Senhor Presidente em exercicio